



- (1) **ATA DA VIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO**
(2) **ESTADUAL DAS CIDADES – CONCIDADES PARANÁ**, realizada no dia 05 de
(3) Maio de 2015, com início às 8:30 horas, no Hotel Master, localizado na Rua
(4) Francisco Torres, 285, em Curitiba-PR, com a presença dos Senhores Conselheiros:
(5) **MANDATO 2014/2017: 01) Antonio Weinhardt Junior**, Titular, Poder Público
(6) Estadual, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – SEDU; **02) Alceu**
(7) **Valdomiro Blaca do Nascimento**, Titular, Movimentos Sociais e Populares –
(8) CONAM; **03) Ailton Martins Lima**, suplente, ONG’s – APOFILAB; **04) Andrea**
(9) **Luiza Curalinho Braga**, titular, Área Profissional, Acadêmica e de Pesquisa –
(10) CRESS; **05) Anselmo Schwertner**, titular, Movimentos Sociais e Populares –
(11) MNLM; **06) Aparecido da Silva Castro**, Suplente, Suplente, Movimentos Sociais e
(12) Populares - CONAM; **07) Carlos Aparecido da Silva Melo**, Titular, Área dos
(13) Trabalhadores – SINDSERV; **08) Carlos Augusto Storer**, suplente – Poder Público
(14) Estadual – PARANACIDADE; **09) Claudio Jesus de Oliveira Esteves**, titular,
(15) Poder Público Estadual – IPARDES; **10) Denilson Pestana da Costa**, Titular, Área
(16) dos Trabalhadores – NCSTPR; **11) Edenir Zandona Junior**, Titular – Área
(17) Empresarial – FECOMERCIO; **12) Elair de Macedo E Silva Gracani**, titular,
(18) ONG’s – CEDEA; **13) Eliete de Campos Lima**, suplente, segmento Movimentos
(19) Sociais e Populares – Movimento Nacional de Luta pela Moradia-MNLM; **14)**
(20) **Fabio Cesar Stele**, Suplente, Poder Público Estadual – DETRAN; **15) Gilmário**
(21) **Ferraz da Silveira**, titular, segmento Poder Público Estadual, entidade Secretaria de
(22) Estado do Desenvolvimento Urbano – SEDU; **16) Hélio Bampi**, Suplente, Área
(23) Empresarial – FIEP; **17) Emerson Yukio Yokota**, Suplente, Poder Público
(24) Municipal Legislativo – UMUARAMA; **18) Hilma de Lourdes Santos**, titular,
(25) Movimentos Sociais e Populares – Movimento Nacional de Luta pela Moradia-
(26) MNLM; **19) Honorina Irene Silva Santos**, Titular, Movimentos Sociais e Populares
(27) – CMP; **20) Iraci Izabel Rocha**, Titular, Poder Público Estadual – DETRAN; **21)**
(28) **Izabella Maria Swierczynski**, Suplente, Poder Público Estadual – SEMA; **22) José**
(29) **Abel Brina Olivo**, Suplente – Observatório Social do Brasil; **23) José Borges**,
(30) suplente, Movimento Sociais e Populares – MNLM; **24) José Carlos Infante**
(31) **Bonatto**, Titular, Área Empresarial – ACP; **25) Joselli Colaço**, suplente, Movimento
(32) Sociais e Populares – CMP; **26) Lucie Mara Pydd Winter**, Titular, Poder Público
(33) Federal - SPU; **27) Luiz de Mauro**, titular, segmento Movimentos Sociais e
(34) Populares, Confederação Nacional das Associações de Moradores – CONAM;
(35) **28) Luiz Candido Ferreira Martins**, Titular, Área Empresarial – SINDCCON; **29)**
(36) **Lyana Bacil**, suplente, Poder Público Estadual, Secretaria de Estado do
(37) Desenvolvimento Urbano – SEDU; **30) Maria Neuza Lima de Oliveira**, suplente,
(38) Área dos Trabalhos - SINTRACON; **31) Maria das Graças Silva de Souza**, Titular,
(39) Movimentos Sociais e Populares - UMP; **32) Marli Segato Babinski**, suplente,
(40) Trabalhadores – Sindicato dos Empregados do Comércio de Pato Branco; **33) Mauro**
(41) **Sergio Langowski**, titular, Movimentos Sociais e Populares – CMP; **34) Marcos**
(42) **Antônio Levandoski**, suplente, Poder Público Municipal – AMCG; **35) Neuroci**
(43) **Antonio Frizzo**, titular, Poder Público Municipal – AMOPI; **36) Milton Luiz Brero**
de Campos, Suplente, Poder Público Estadual – COMEC; **37) Nilson Lopes**



(44) **Andrade**, titular, Poder Público Municipal – AMUVI; **38) Olga Lucia C. de Freitas**
(45) **Firkowski**, Titular, Poder Público Federal – UFPR; **39) Orlando Bonette**, titular,
(46) Movimentos Sociais e Populares – União por Moradia Popular-UMP; **40) Osni**
(47) **Basilio Mendes**, Titular, Poder Público Municipal – AMUSEP; **41) Paulo**
(48) **Nobukuni**, Titular, Área Profissional, Acadêmica e de Pesquisa; **42) Ronald Peixoto**
(49) **Drabik**, titular, Área Empresarial – Associação Comercial e Industrial e
(50) Agropecuária de Cascavel - ACIC; **43) Sandro Almir Setim**, titular, Poder Público
(51) Estadual – COMEC; **44) Sebastião Francisco Rego**, Titular, Movimentos Sociais e
(52) Populares – CMP; **45) Silvio José Gonçalves**, titular, Movimento Sociais e
(53) Populares – MNLM; **46) Sirlei Cesar de Oliveira**, Titular, área dos Trabalhadores –
(54) FETRACONSPAR; **47) Valdir Aparecido Mestriner**; titular, área dos
(55) Trabalhadores – SINDIURBANO; **48) Vivian Colley**, suplente – Poder Público
(57) Estadual – SEIL; **49) Zilda Maria Cavalarini**, suplente, Movimentos Sociais e
(58) Populares, Central de Movimentos Populares – CMP; **50) Walter Gustavo**
(59) **Linzmayr**, Suplente, Área Acadêmica e de Pesquisa, CAU-PR. Qual teve a
(60) seguinte pauta: 1. Abertura Regimental; 2. Informes da Secretaria Executiva
(61) CONCIDADES PR; 3. Aprovação da Pauta da 27ª Reunião Ordinária; 4. Aprovação
(62) da Ata da 26ª Reunião Ordinária; 5. Aprovação do Calendário de Reuniões
(63) Ordinárias – 2015; 6. Indicação de um representante de cada segmento para ser o
(64) contato com a Secretaria Executiva do CONCIDADES PARANÁ; 7. Homologação
(65) dos nomes da Comissão Preparatória Estadual para a 6ª Conferência Estadual das
(66) Cidades e definição da data da primeira Reunião desta Comissão; 8. Apresentação
(67) Resíduos Sólidos – MP e SEMA; 9. Apresentação Estatuto da Metrópole –
(68) SEDU/PARANACIDADE; 10. Apresentação da Câmara Técnica de Saneamento
(69) Ambiental; 11. Apresentação da Câmara Técnica de Trânsito, Transporte e
(70) Mobilidade Urbana; 12. Apresentação da Câmara Técnica de Habitação; 13.
(71) Apresentação da Câmara Técnica de Planejamento e Gestão do Solo; 14.
(72) Apresentação dos Grupos de Trabalho. Abertura feita pelo Conselheiro Gilmário
(73) Ferraz da Silveira, representando neste ato o Secretário Executivo Mauro
(74) Rockenbach, que não pode comparecer na abertura por força maior. Após convidou
(75) para comporem a mesa, o Diretor Geral da Secretaria de Estado do Desenvolvimento
(76) Urbano, João Carlos Ortega e os membros da Comissão Organizadora da 27ª R.O.,
(77) os Conselheiros: Aparecido da Silva Castro, Osni B. Mendes, Gilmário Ferraz da
(78) Silveira, Lucie Winter, Valdir Aparecido Mestriner, José Carlos Bonatto, Andrea C.
(79) Braga, Ailton Lima. O Diretor Geral da Secretaria de Estado do Desenvolvimento
(80) Urbano, João Carlos Ortega: Sejam sempre bem vindos, nesta oportunidade estou
(81) representando o Secretário Ratinho Junior, que está em Brasília, com uma agenda
(82) hoje e amanhã em alguns Ministérios, onde será discutido o Estatuto da Metrópole
(83) para que o Paraná saia na frente; também quero falar sobre o Regimento Interno que
(84) está na pauta e será bastante discutido, foram encaminhados a PGE para que nos dê
(85) maiores subsídios para aprovação do Regimento Interno, e dizer da importância dos
(86) Conselheiros neste momento que o País está passando, por isso peço a ajuda dos
(87) Senhores, a compreensão, estamos tristes por tudo que aconteceu, mas precisamos
unir forças, para que possamos melhorar a qualidade de vida em todo o Estado.



(88) Perguntas/Contribuições feitas pelos seguintes Conselheiros: Helio Bampi: Objetivo
(89) de colocar a população em primeiro lugar, a sociedade curitibana não está
(90) entendendo porque a rede integrada de transporte foi desfeita, a interrupção desse
(91) procedimento vem prejudicando o cidadão metropolitano, e um pedido que nós
(92) fazemos, para que se restabeleça imediatamente a integração. Ailton Lima: Gostaria
(93) de pedir um minuto de silêncio pelo ato que aconteceu aos professores no Centro
(94) Cívico dias 28 e 29 deste mês. Valdir Mestriner: Gostaria de colocar a questão do
(95) regimento que foi um compromisso assumido aqui neste Plenário que todas as
(96) tratativas necessárias para que nesta reunião nós começássemos com o regimento, e
(97) agora fomos informados que semana passada foi enviado a PGE, no nosso ponto de
(98) vista nem precisava ser enviado a PGE, o regimento trata do funcionamento deste
(99) Conselho, não trata do funcionamento do Estado do Paraná, sabemos que quando vai
(100) para PGE o processo para, como nosso Projeto de Lei, que não tivemos mais notícias
(101) dele, o Presidente do Conselho não aparece aqui, Secretário Ratinho Junior,
(102) precisamos discutir sobre o regimento nesta reunião. Silvio: Bom dia a todos,
(103) respeito aos Conselheiros somente esse ato de não ter dado encaminhamento a uma
(104) decisão do Pleno, isso mostra que não demonstra respeito nenhum por este Conselho,
(105) nós colocássemos como primeiro ponto de pauta o Regimento porque ele não está na
(106) pauta, incluir em pauta, porque ficou na reunião passada pelo Pleno do Conselho,
(107) isso demonstra um descaso. Osni: Apenas falando pela Comissão Organizadora desta
(108) reunião, nós nos reunimos e um dos pontos era a discussão sobre o regimento, aí
(109) chamamos o Mauro, em que o mesmo colocou o seguinte, que em muito este
(110) regimento já está prejudicado quanto o Nacional, que estaria sofrendo mudanças, e
(111) ficou acordado que o Mauro estaria aqui, fazendo os esclarecimentos. Gilmário:
(112) Gostaria de justificar o porque do não envio, eu jurídico constatei que havia uma
(113) mudança muito brusca e conversamos com o Mauro, com o Procurador Jurídico do
(114) PARANACIDADE, que seria melhor enviar a PGE para legitimar. Denilson: Quero
(115) fazer uma ponderação que o aparenta para gente, e a morosidade das nossas reuniões,
(116) e de várias questões que tratamos aqui, a Secretaria não pode demorar tanto tempo
(117) para encaminhar esse parecer para outro órgão, ou que não tenha condições de dar
(118) um parecer sobre o regimento. O Governo do Paraná, a SEDU, tem que tratar o
(119) CONCIDADES com mais prioridade, até para poder dividir prioridades, só aqui no
(120) CONCIDADES as coisas não funcionam, no Conselho da Saúde funciona. Sirlei
(121) Cesar: Nós temos o MP que acompanha, precisamos que o Presidente participe das
(122) reuniões, e nós não queremos que o Regimento fique como nosso Projeto de Lei
(123) engavetado, o Conselho precisa deliberar já pela sua aprovação. Nós não queremos
(124) mais enrolação. Mauro Rockenbach: Peço desculpas a todos, pelo atraso. E fez um
(125) breve relato dos trâmites por que passou o Regimento e disse que por uma questão de
(126) legalidade enviamos o Regimento a PGE, para parecer, porque toda ação do
(127) executivo deve passar por uma análise constitucional. O Secretário Executivo Mauro
(128) Rockenbach deu sequência à reunião lendo os informes da Secretaria Executiva do
(129) CONCIDADES para a 27ª R.O: **Conselheiros que justificaram ausência na 27ª**
(130) **Reunião Ordinária: a) Acir Ribeiro de Queiroz**, Suplente, Movimentos Sociais e
Populares – CONAM; **b) Claudio Roberto Kohler**, Suplente, Área Empresarial –



(131) ACIMACAR; c) **Fausto Y. Anami**, Suplente, Poder Público Municipal – AMEPAR;
(132) **d) João Francisco Ferreira**, Titular, ONG's – AGAP-DEVIVA; e) **Luis Eduardo**
(133) **Marques Halila**, Suplente, Poder Público Estadual – SEDU; f) **Marcia Gomes de**
(134) **Oliveira Marinho**, g) **Sergio Ferreira Doszanet**, Suplente, Movimentos Sociais e
(135) Populares – CONAM; **2. Reuniões realizadas: Reunião Comissão Organizadora**
(136) **da 27ª R.O. realizada dia 03 de Março de 2015, às 09:00 horas na SEDU; 3.**
(137) **Ofícios recebidos:** Ofício 054/2015-GP da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa –
(138) Conferência Municipal das Cidades; Ofício 046/2015 da Prefeitura Municipal de
(139) Cianorte; Ofício 001/2015 da Prefeitura Municipal de Toledo; Ofício 012/2015 da
(140) Prefeitura Municipal de Campo Largo; Ofício 001/2015 da Prefeitura de Santa
(141) Terezinha de Itaipu; Ofício 019/2015 da Prefeitura Municipal de Quatro Barras;
(142) Ofício 004/2015 da Prefeitura Municipal de São Jorge do Patrocínio; Ofício
(143) 163/2015 da FUNASA; Ofício 128/15 – Centro de Apoio Operacional das
(144) Promotorias de Proteção ao Meio Ambiente; Ofício 045/2015 – DP –Substituição de
(145) Representantes do IPARDES no Conselho Estadual das Cidades – CONCIDADES
(146) PARANÁ; **4. Ofícios enviados:** Memorando CONC-PR 001/2015 para Assessoria
(147) Jurídica-SEDU encaminhando para parecer Minuta da Resolução Administrativa
(148) 007/2015 que dispõe sobre alteração do Regimento Interno do CONCIDADES
(149) PARANÁ, enviado dia 13 de janeiro de 2015; Ofício Circular 001/2015 CONC-PR
(150) para os Municípios do Paraná que precisam fazer a revisão do Plano Diretor no ano
(151) de 2015; Ofício Circular 002/2015 CONC-PR para os Municípios do Paraná que
(152) precisam fazer a revisão do Plano Diretor no ano de 2016; Ofício 003/2015 CONC-
(153) PR para a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT; Ofício 004/2015
(154) CONC-PR para o Conselho Nacional das Cidades – CONCIDADES NACIONAL;
(155) Ofício 005/2015 CONC-PR para a FUNASA; Ofício 006/2015 CONC-PR para o
(156) Ministério das Cidades; Ofício 007/2015 CONC-PR para Subcomando Geral da
(157) Polícia Militar no Paraná – Conflitos Fundiários; Ofício 008/2015 CONC-PR para o
(158) PARANACIDADE; Ofício 009/2015 CONC-PR para Coordenadoria de Resíduos
(159) Sólidos – SEMA; Ofício 010/2015 CONC-PR para Centro de Apoio Operacional das
(160) Promotorias de Justiça de Proteção ao Meio Ambiente; Ofício 011/2015 CONC-PR
(161) para Agência Nacional de Transportes Terrestres; Ofício 012/2015 CONC-PR para
(162) Superintendência Caixa Econômica Federal; Ofício 013/2015 CONC-PR para Centro
(163) de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Habitação e Urbanismo; Ofício
(164) 014/2015 CONC-PR para a Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR
(165) solicitando a indicação de novos representantes desta Pasta para compor de forma
(166) efetiva o CONCIDADES PARANÁ; Ofício 016/2015 CONC-PR a Superintendência
(167) do Patrimônio da União no Paraná indicando representantes do CONCIDADES
(168) PARANÁ para compor o Grupo de Trabalho Estadual – GTE/PR; **5. Informes**
(169) **Gerais:** Memorando CONC-PR 001/2015 para Assessoria Jurídica-SEDU para
(170) parecer Minuta da Resolução Administrativa 007/2015 que dispõe sobre alteração do
(171) Regimento Interno do CONCIDADES PARANÁ, enviado dia 13 de janeiro de 2015.
(172) O responsável no momento pela Assessoria Jurídica Gilmário Ferraz da Silveira, se
(173) deu por impedido de emitir parecer, haja vista ser Conselheiro representando a
SEDU junto ao CONCIDADES PARANÁ, face ao Princípio da Imparcialidade e



(174) então foi encaminhado para Assessoria Jurídica do PARANACIDADE para o
(175) Procurador Bihl Elerian Zanetti, que entendeu não ter legitimidade para eventual
(176) manifestação nesse tema, a fim de preservar o ato administrativo do Sr. Secretário de
(177) Estado, que seja provocada a Procuradoria Geral do Estado, a pronunciar-se, haja
(178) vista, os reflexos e interesse público do Estado na causa. Sendo enviado à
(179) Procuradoria Geral do Estado para que a mesma faça o parecer. Sendo acordado
(180) entre os presentes na reunião da Comissão Organizadora realizada em 03 de Março
(181) de 2015 que assim que a PGE terminasse o referido parecer, iria ao Pleno do
(182) CONCIDADES para fazer uma exposição a respeito, provavelmente na 28ª Reunião
(183) Ordinária, por falta de tempo hábil para esta reunião (27ª R.O.) Nº de Protocolo para
(184) acompanhamento 13. 468. 537-9; Considerando o Decreto 029/2015, de 01 de
(185) Janeiro de 2015, do Governo do Estado do Paraná para cortar custos no âmbito da
(186) Administração Pública Direta e Indireta, esta Secretária Executiva do
(187) CONCIDADES PARANÁ, decidiu pela realocação dos Conselheiros em quartos
(188) duplos, e retirou uma Reunião Eventual prevista no orçamento financeiro de 2015.
(189) Economizando ao erário público o montante de R\$ 21.578,00, sem prejuízo da
(190) efetiva realização das Reuniões do CONCIDADES PARANÁ. O não
(191) comparecimento ou a não permanência dos Conselheiros até o término das reuniões,
(192) implicará no ressarcimento por estes à SEDU das despesas realizadas com o
(193) Conselheiro ausente, sob pena de impedimento da fruição de novos custeios até a
(194) regularização da pendência e de sujeição às disposições legais pertinentes ao uso de
(195) recursos públicos. O Grupo Financeiro Setorial – GFS da SEDU informou à
(196) Secretaria Executiva do CONCIDADES PARANÁ que não haverá mais o pronto-
(197) pagamento de despesas com táxi, transporte apenas o ressarcimento. **Disponibilizado**
(198) **por e-mail:** Planilha com a relação de presença dos Conselheiros nas Reuniões
(199) Ordinárias e Reunião das Câmaras Técnicas; Ata 26ª Reunião Ordinária – enviado
(200) dia 27/01/2015; Consulta Pública CONCIDADES NACIONAL – enviado dia
(201) 09/02/2015; Programação, Pauta e Ata da 26ª; **Disponibilizado para as Câmaras**
(202) **Técnicas:** Atas das CTs; Lei que instituiu o Estatuto das Metrôpoles; **1. Aprovação**
(203) **da Pauta da 27ª Reunião Ordinária:** Pauta aprovada com a seguinte inclusão
(204) proposta pelos Conselheiros Silvio e Valdir Mestriner - Inclusão de Pauta –
(205) Regimento Interno. Que teve como deliberação a publicação do Regimento Interno
(206) do CONCIDADES PARANÁ como ele foi aprovado na 26ª Reunião Ordinária,
(207) deliberação aprovada por maioria de votos. Voto contrário: Gilmário Ferraz da
(208) Silveira. Grupo de Trabalho que vai acompanhar os trâmites de publicação do
(209) Regimento Interno para dar publicidade e transparência ao ato - Conselheiros: Silvio
(210) Jose Gonçalves, Orlando Bonette, Valdir Mestriner, Marli Segato Babinski, José
(211) Carlos Infante Bonatto, Ronald Drabik, José Ricardo Vargas de Faria, Ailton Martins
(212) de Lima; **2. Aprovação da Ata da 26ª Reunião Ordinária:** Foi dispensada a leitura
(213) pois a mesma havia sido enviada antes aos Conselheiros. Adendo feito pelo
(214) Conselheiro Valdir Mestriner nas linhas 238/239, feito isso a Ata foi aprovada por
(215) unanimidade de votos. **3. Aprovação do calendário das Reuniões Ordinárias de**
(216) **2015:** 28ª Reunião Ordinária dias 16 e 17 de Julho; 29ª Reunião Ordinária dias 24 e
25 de Setembro e 30ª Reunião Ordinária dias 26 e 27 de Novembro de 2015.



(217) Calendário aprovado por unanimidade de votos. **4. Indicação da Comissão**
(218) **Organizadora da 28ª Reunião Ordinária:** Hilma de Lourdes Santos - Movimentos
(219) Sociais e Populares; Ailton Lima – ONG's; Denilson Pestana da Costa –
(220) Trabalhadores; Poder Público Municipal – Hemerson Yukio Yokota; Poder Público
(221) Federal – Lucie Mara Winter; Empresário – Luis Cândido Ferreira Martins; Poder
(222) Público Estadual – Carlos Augusto Storer; José Ricardo Vargas de Faria – Academia;
(223) **5. Indicação de um representante de cada segmento para ser o contato com a**
(224) **Secretaria Executiva do CONCIDADES PARANÁ:** ONG'S: Elair de Macedo e
(225) Silva Grassani; Trabalhadores: Valdir Aparecido Mestriner; restante dos segmentos
(226) falta indicar; **6. Homologação dos nomes da Comissão Preparatória Estadual**
(227) **para 6ª Conferência das Cidades e definição de data para sua primeira reunião.**
(228) Representantes - **Poder Público Federal:** Lucie Mara Pydd Winter (tit) e Olga Lúcia
(229) C. de Freitas Firkowski (sup); **Poder Público Estadual:** Gilmário Ferraz da Silveira
(230) e Lyana Bacil - titulares e suplentes falta indicar; **Poder Público Municipal:** Osni
(231) Basilio Mendes (tit) e Nilson Lopes Andrade (sup); Neuroci Antonio Frizzo (tit) e
(232) Fausto Yoshinori Anami (sup); **Poder Público Municipal Legislativo:** Hemerson
(233) Yukio Yokota (tit) e Marcia Ferreira da Silva (sup); **Movimentos Sociais e**
(234) **Populares - CONAM:** Alceu Valdomiro Blaca do Nascimento (tit) e Acir Ribeiro de
(235) Queiroz (sup); UMP (1 tit e 1 sup): Orlando Bonette (tit) e Iolanda Ferreira de Souza
(236) (sup); MNLM: Silvio José Gonçalves (tit) e Marcia Gomes de Oliveira Marinho
(237) (sup); CMP: Honorina Irene Silva Santos (tit) e Joseli Colaço (sup); **Área dos**
(238) **Trabalhadores:** Valdir Aparecido Mestriner (tit) e Marli Segato Babinski (sup);
(239) Denilson Pestana da Costa (tit) e Sirlei Cesar de Oliveira (sup); **Área dos**
(240) **Empresários:** José Carlos Infante Bonatto (tit) e Luiz Antonio Laurentino (sup);
(241) Edenir Zandoná Junior (tit) e Luiz Cândido Ferreira Martins (sup); **Área Acadêmica**
(242) **e de Pesquisa:** José Ricardo Vargas de Faria (tit) e Andrea C. Braga (sup); **ONG'S:**
(243) Ailton Martins Lima (tit) e Elair de Macedo e Silva Grassani (sup); Aprovada por
(244) maioria de votos com ressalva do Poder Público Municipal. A primeira reunião da
(245) referida Comissão será assim que o CONCIDADES NACIONAL definir o
(246) calendário. **7. Apresentação sobre Resíduos Sólidos - Procurador do Ministério**
(247) **Público, Saint-Clair Honorato dos Santos e Vinicio Costa Bruni, da SEMA.** O
(248) Procurador Saint-Clair falou sobre “Gerenciamento de resíduos sólidos urbanos”, em
(249) Curitiba e Região Metropolitana, o chamado Aterro Sanitário do Caximba. Em 20 de
(250) novembro de 1989, iniciou-se a Operação do Aterro Sanitário, localizado ao Sul do
(251) Município de Curitiba, a 25 quilômetros do centro da cidade. Decreto nº 156 de 04 de
(252) maio de 1990 “Estabelece procedimento de utilização do Aterro Sanitário Sul
(253) (Caximba)”. A área total do aterro é de 410.000 m². Área destinada ao lixo é de
(254) 237.000 m². Período entre 1989 à maio/2004 8.000.000,00 ton.; Média Mensal –
(255) 60.000,00 ton. Média Diária – 2.400,00 toneladas. Termo de ajustamento de conduta:
(256) Prefeitura de Curitiba – IAP e MP Atores envolvidos: Município de Curitiba e 14
(257) municípios da Região Metropolitana de Curitiba: Pinhais, São José dos Pinhais,
(258) Fazenda Rio Grande, Mandirituba, Contenda, Araucária, Campo Largo, Almirante
(259) Tamandaré, Campo Magro, Colombo, Itaperussú, Campina Grande do Sul, Quatro
Barras e Piraquara. GRANDES GERADORES: Shoppings, Supermercados,



(260) Aeroportos, Hotéis, Hospitais, Mercados Públicos etc. Coleta seletiva e reciclagem:
(261) Implantação ou incremento de Programas de Coleta Seletiva; Aumento da quantidade
(262) de material reciclável coletado; Aumento de material destinado a reciclagem;
(263) Participação efetiva dos GRANDES GERADORES com o estabelecimento de
(264) Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos. Em 1991, através da Lei 7833/91, a
(265) Educação Ambiental passa a ser promovida na Rede Municipal de Ensino, em todas
(266) as áreas do conhecimento e no decorrer de todo processo educativo em conformidade
(267) com os currículos e programas elaborados pela SEMA , e articulação com a SMMA.
(268) Mostrando dados do chamado câmbio verde e dos coletores informais de materiais
(269) recicláveis – apresentação na íntegra disponível no site do CONCIDADES
(270) PARANÁ. Perguntas/esclarecimentos/contribuições feitos pelos seguintes
(271) Conselheiros: Osni B. Mendes – Acho que o Ministério Público tem um mecanismo
(272) interessante. Helio Bampi – O Senhor está representando o Poder Público e pode
(273) fazer com que o Poder Público cumpra o que foi proposto; Orlando Bonette – sou
(274) morador de Fazenda Rio Grande e questiono o Sr. sobre a questão do lençol freático,
(275) e quero parabenizar a apresentação onde se discute a estrutura local de cada
(276) município do Paraná; Marli S. Babinski – essa foi uma demanda da nossa CT de
(277) Saneamento e que a gente leve essa apresentação para conhecimento da população,
(278) onde possamos usar nossos mecanismos de comunicação, que seja uma campanha
(279) permanente para toda sociedade, o nosso Conselho precisa trabalhar diante de todas
(280) essas informações. Vinicio Costa Bruni da SEMA começou sua explanação falando
(281) sobre a aplicação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, falou ainda sobre o
(282) diagnóstico da situação atual (2014) dos resíduos sólidos nos 399 municípios
(283) paranaenses. Falou sobre a universalização do esgoto e saneamento básico. Plano
(284) Estadual de Resíduos Sólidos e sobre os programas – Programa de Logística
(285) Reversa, Programa Pró-Catador; Programa Municipal de Coleta Coletiva; Programa
(286) de Educação Ambiental, Programa de incentivos econômicos, Operação Verão -
(287) incremento de novas soluções para atender Guaratuba, Matinhos, Pontal do Paraná,
(288) Paranaguá e Ilha do Mel, Antonina, Morretes, Guaraqueçaba e Ilhas do Superagui,
(289) Peças e Rasa. Apresentação na íntegra disponível no site do CONCIDADES
(290) PARANÁ. Neuroci Frizzo - Gostaríamos da participação de um membro da Sanepar
(291) nas reuniões do Conselho, a CT de Saneamento precisa da participação da Sanepar.
(292) **8. Apresentação do Estatuto da Metrópole – Carlos Storer:** Lei Federal nº 13.089,
(293) sancionada no dia 12/01/2015, com vigência a partir de 13/01/2015, institui o
(294) Estatuto da Metrópole, altera a Lei nº 10.257/2001 – Estatuto da Cidade, e dá outras
(295) providências. Estruturação do Estatuto da Metrópole: seis capítulos, 25 artigos: I –
(296) Disposições Preliminares; II – Da Instituição de Regiões Metropolitanas e de
(297) Aglomerações Urbanas; III – Da Governança Interfederativa de Regiões
(298) Metropolitanas e de Aglomerações Urbanas; IV – Dos Instrumentos de
(299) Desenvolvimento Urbano Integrado; V – Da Atuação da União; e Disposições
(300) Finais. Nesta pesquisa são reconhecidas no estado do Paraná: uma metrópole
(301) (Curitiba), três capitais regionais ‘B’ (Cascavel, Londrina e Maringá) e uma capital
(302) regional ‘C’ (Ponta Grossa. **9. Apresentação Câmara Técnica de Saneamento,**
feita pela Conselheira Elair, a qual leu a ata da CT, qual segue seu inteiro teor: A



(303) Câmara Técnica de Saneamento, reunida no período da tarde do dia 4 de maio de
(304) 2015, na sala Tanguá do Hotel Master, em Curitiba/PR, contou nesse dia com a
(305) participação dos seguintes participantes: Alceu Valdomiro Blaca do Nascimento,
(306) representante do CONAM, segmento: Movimentos Sociais; Cláudio Jesus de
(307) Oliveira Esteves, representante do IPARDES, segmento: Poder Público Estadual
(308) (Curitiba); Daniel Nojima, representante do IPARDES, segmento: Poder Público
(309) Estadual (Curitiba); Elair de Macedo e Silva Grassani, representante do CEDEA,
(310) segmento: ONGs (Curitiba) – Relatora; Erivelto Luiz Silveira, representante da
(311) SANEPAR, segmento: Poder Público Estadual (Curitiba); Honorina Irene Silva
(312) Santos, representante do CMP, segmento: Movimentos Sociais; José Borges,
(313) representante do MNLM, segmento: Movimentos Sociais (Braganey); Maria Inez
(314) Gomes, representante do UMP, segmento: Movimentos Sociais; Marli Segato
(315) Babinski, representante da CUT, segmento: Trabalhadores (Pato Branco) –
(316) Coordenadora Geral dos Trabalhos da CT de Saneamento; Neuroci Antônio Frizzo,
(317) representante da Secretaria Municipal da Fazenda de Toledo, segmento: Poder
(318) Público Municipal (Toledo); e Zilda Maria Cavalarini, representante do CMP,
(319) segmento: Movimentos Sociais. Dando início aos trabalhos, foram dadas boas-vindas
(320) a todos os participantes e apresentado pelo sr. Cláudio o sr. Daniel Nojima, novo
(321) representante do IPARDES neste Conselho e o sr. Erivelto Silveira, geólogo da
(322) SANEPAR, que se fez presente na ocasião a convite do conselheiro Neuroci Frizzo.
(323) Num segundo momento, procedeu-se a leitura e discussão do Ofício nº
(324) 163/DIESP/SUST/PR encaminhado pelo Ministério da Saúde – Fundação Nacional
(325) de Saúde – Funasa em 20/02/2015 em resposta à solicitação de informações por parte
(326) da Secretaria Executiva do CONCIDADES/PR para que a referida Fundação
(327) enviasse informações acerca da atuação desta nos municípios com até 20.000
(328) habitantes na área de tratamento do esgoto doméstico, uma vez que essa questão
(329) interfere diretamente na saúde pública. Em virtude da resposta recebida não se
(330) apresentar satisfatória, por não ser suficientemente esclarecedora quanto a quais os
(331) municípios atendidos pelos 132 convênios/obras citados; bem como com relação a
(332) quais os 91 municípios para os quais estão sendo elaborados projetos de Sistemas de
(333) Esgotamento Sanitário (público contemplado, prazos e recursos) esta CT solicita à
(334) Secretaria Executiva do CONCIDADES/PR que encaminhe novo ofício à Funasa
(335) solicitando uma PLANILHA completa que possibilite identificar quais são os
(336) municípios referidos apenas numericamente e a situação de cada um desses quanto à
(337) questão do tratamento do esgoto doméstico. Em seguida, foram lidos, para
(338) conhecimento de todos, os Ofícios CONCIDADES/PR 017/2015 e 018/2015
(339) encaminhados pela Secretaria Executiva do CONCIDADES/PR à Coordenadoria de
(340) Resíduos Sólidos da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
(341) SEMA/PR e ao Centro Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção ao Meio
(342) Ambiente do Ministério Público do Estado do Paraná – MP/PR, respectivamente. Por
(343) fim, deliberou-se, ainda, acerca de duas últimas questões, a saber: reconhecimento e
(344) agradecimento pela importante atuação do Sr. Cláudio Jesus de Oliveira Esteves
(345) neste Conselho e solicitação ao IparDES para que, a partir da 28ª RO do
CONCIDADES/PR, possibilite a participação desse técnico como colaborador na



(346) Câmara Técnica de Saneamento, o que se justifica em função da atuação
(347) profundamente comprometida e o conhecimento técnico do Sr. Cláudio, sempre
(348) contribuindo proativamente com os trabalhos desta CT; -solicitação à Sanepar para
(349) que proceda à formalização da participação efetiva do geólogo Sr. Erivelto Luiz
(350) Silveira nas reuniões deste Conselho, face à participação na presente data com o
(351) conhecimento e consentimento de seu chefe imediato, o Sr. Paulo Alberto de David,
(352) diretor de Operações da Sanepar, e a disponibilidade e interesse manifestados pelo Sr.
(353) Erivelto, bem como considerando-se a necessidade de um representante dessa
(354) Companhia de Saneamento, sobretudo nesta CT. Observa-se que não se fez constar
(355) da presente ata moção de repúdio à violência de que foram alvo, nos dias 28 e 29 de
(356) abril de 2015, professores, estudantes e servidores públicos do Estado do Paraná,
(357) porque representantes de diferentes segmentos decidiram pela elaboração de uma
(358) Resolução a ser submetida à plenária para votação ao final da 27ª RO do
(359) CONCIDADES/PR. Deliberações aprovadas por unanimidade de votos. **10.**
(360) **Apresentação Câmara Técnica de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana,**
(361) feita pela Conselheira Vivian Colley. Iniciou-se a reunião com a leitura dos ofícios
(362) enviados para o Ministério Público (MP) e Agência Nacional de Transportes
(363) Terrestres (ANTT). Anotou-se a presença do Engenheiro Roberto que atendeu o
(364) convite para esclarecimentos. Antes de passar a palavra ao convidado, foi feita a
(365) atualização dos números apresentados pelo Departamento de Estradas de Rodagem
(366) do Paraná (DER-PR) sobre o atendimento dos requisitos de acessibilidade nos ônibus
(367) de transporte rodoviário de passageiros: o DER está atualizando os relatórios que
(368) indicam até o momento 91,39% de atendimento com perspectiva de alcançar 95% ao
(369) final da atualização. Em seguida, o engenheiro Roberto apresentou as ações do MP
(370) sobre o assunto. Indicou que estão instaurados dois inquéritos civis: o
(371) 0046.11.000820-1 com a URBS e o 0046.11.001093-4 com o DER. Ambos datam de
(372) 2011 por organização administrativa, no entanto foram instaurados anteriormente
(373) para acompanhar o atendimento do prazo de 02/12/2014 para adaptação de 100% da
(374) frota do transporte coletivo para acessibilidade. A URBS prestou informações sobre
(375) o transporte coletivo municipal e intermunicipal metropolitano. O último relatório no
(376) primeiro semestre de 2014 onde constavam 82,81% da frota adaptada, com previsão
(377) de cumprir a meta de 100% até o final do prazo, entretanto as empresas de transporte
(378) coletivo entraram com uma ação judicial solicitando postergar a renovação da frota e
(379) isso gerou um impasse para o cumprimento da meta. Foi aberta a questão de por que
(380) se usa plataforma elevatória ao invés de rampa nas estações tubo, visto que estas
(381) funcionam melhor e têm custo de aproximadamente 1/5 do custo daquela. O MP tem
(382) o entendimento de que o ideal é a rampa e a URBS tem procurado usar este
(383) equipamento dentro do viável; caso haja evidência do uso de uma solução em
(384) detrimento de outra com suspeita de ganhos financeiros, o MP está aberto a receber
(385) denúncias. Foi sugerido que o resultado dos debates no CONCIDADES e suas
(386) câmaras sejam levados ao MP e, diante disso, foi recordado o plano da câmara de
(387) amadurecer os assuntos antes de acionar agentes externos. Sobre este inquérito, o MP
(388) mencionou ainda que os resultados englobavam o transporte metropolitano e que
agora deve-se buscar os números desta frota à parte, diante da mudança na integração



(389) do transporte coletivo. O DER apresentou em 2014 o resultado de 71,15% da frota
(390) dos ônibus de transporte coletivo intermunicipal rodoviário com adaptação para
(391) acessibilidade, números atualizados no início da reunião. Voltou-se à questão de
(392) estas adaptações não serem satisfatórias, mas atenderem às normas. O MP declarou
(393) não ter ações no sentido de revisão das normas, mas participou da consulta pública
(394) para discutir este assunto e ainda não obteve retorno. Foi mencionado que algumas
(395) tecnologias interessantes para acessibilidade, como o rebaixamento da suspensão do
(396) veículo, são produzidas no Brasil, mas atendem principalmente o mercado externo.
(397) Reforçou-se o ponto da atuação estadual do ConCidades-PR com a sugestão de que
(398) os assuntos, depois de amadurecidos na câmara, sejam levados às outras esferas
(399) conforme a competência de cada Conselho. Então levantou-se a questão da
(400) pertinência da inclusão de municípios em regiões metropolitanas citando-se o
(401) exemplo de Curitiba cuja região é formada por 29 municípios, mas apenas 15 tem
(402) realmente relações metropolitanas, dificultando a gestão. Foi avisado que, por
(403) mudança de local de trabalho, é possível que a conselheira secretária da câmara seja
(404) substituída como suplente da Secretaria de Infraestrutura e Logística, portanto a
(405) câmara deve definir novo secretário. Como sugestão de pauta, foi trazido que, como
(406) em abril venceu o prazo para os municípios acima de vinte mil habitantes ou
(407) pertencentes a regiões metropolitanas apresentem seus planos de mobilidade, seria
(408) interessante estudarmos a lei de mobilidade, destacando a necessidade de considerar
(409) o acesso ao transporte coletivo ao se licenciar loteamentos. Foram deixadas algumas
(410) questões para estudo: quem está fazendo o controle dos planos de mobilidade? Estão
(411) sendo feitas pesquisas domiciliares de origem e destino para embasar os planos?
(412) Também foi solicitado reforçar o convite para a ANTT prestar esclarecimentos sobre
(413) a fiscalização da acessibilidade no transporte coletivo rodoviário. Foi sugerido que na
(414) próxima reunião se organize um workshop com os diversos agentes envolvidos neste
(415) assunto para encontrar, em conjunto, soluções para atender os requisitos de
(416) acessibilidade no transporte coletivo. Deliberações reenviar Ofício a ANTT.
(417) Deliberação aprovada por unanimidade de votos. **11. Apresentação da Câmara**
(418) **Técnica de Habitação**, apresentação feita pela Conselheira Joseli Collaço, que
(419) iniciou com a leitura da ata da Reunião da Câmara Técnica de Habitação, cujo inteiro
(420) teor segue: **Apresentação feita pela Conselheira Joseli Collaço**, qual iniciou-se
(421) com a leitura da Ata da CT, segue inteiro teor: Houve questionamentos em relação às
(422) cópias dos ofícios recebidos, objetos de encaminhamento deliberados na reunião
(423) anterior, os quais foram justificados pela conselheira Lyana, justificativas estas não
(424) satisfatórias. Por este motivo foi solicitado o reencaminhamento dos ofícios à Caixa
(425) Econômica Federal, Caixa Econômica Nacional e COHAPAR, solicitando o relatório
(426) detalhado das produções habitacionais do estado, exemplificando o PLANEJADO X
(427) EXECUTADO, com o número de obras concluídas, obras entregues, obras
(428) aprovadas/ licitadas, a inadimplência dos mutuários no Programa Minha Casa Minha
(429) Vida (PMCMV), por faixas e programas. Enfatizando a necessidade de um
(430) representante destes órgãos, pessoalmente, para fazer as devidas apresentações e
(431) explicar como está o andamento do processo do Plano Estadual de Habitação e
Interesse Social. Foi apresentado pelo Ministério Público, documentos sobre a



(432) consulta pública para a revisão da Portaria 595/2013 do Ministério das Cidades, que
(433) dispõe sobre a priorização e o processo de seleção dos beneficiários do PMCMV.
(434) Apresentado pelo conselheiro Marcos (AMCG), problemas específicos na região de
(435) Ponta Grossa para os projetos habitacionais, em especial as regiões próximas a
(436) RRF/ALL. Após os vários debates, foi sugerido que o conselheiro encaminhe as
(437) denúncias através do Conselho Municipal e outros órgãos de fiscalização da região.
(438) Como pauta: Cada conselheiro deverá analisar as deliberações da 5ª Conferência
(439) Estadual e apresentar sugestão de encaminhamentos para a próxima reunião da CT
(440) Habitação. Será apresentado pela conselheira Lucie Mara (SPU/PR), a portaria
(441) 45/2014, que dispõe sobre o Chamamento Público de entidades, para os programas
(442) de habitação, de interesse social. Apresentação pela Caixa Econômica Federar,
(443) Nacional e COHAPAR, referente as solicitações enviadas através dos ofícios acima
(444) elencados. Aprovado uma moção de repúdio aos atos praticados pela Segurança
(445) Pública do Paraná contra os professores e funcionários públicos. Deliberações:
(446) Enviar a COHAPAR e a Caixa Econômica Federal ofício solicitando relatório
(447) detalhado dos projetos habitacionais no Estado do Paraná com número de obras
(448) concluídas, entregues, aprovadas, licitadas por faixas e por programas do PMCMV, e
(449) inadimplências dos mutuários e seus programas próprios. Deliberações aprovadas por
(450) unanimidade de votos. **Moção de repúdio contra ato violento do Governo do**
(451) **Estado** contra professores, estudantes e servidores públicos do Paraná apresentada
(452) pelo Conselheiro Silvio, que deverá ser encaminhada pelo Presidente do
(453) CONCIDADES PARANÁ ao Governador do Estado do Paraná, Presidente da ALEP
(454) e Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, cujo teor segue: O Segmento
(455) Movimentos Sociais e Entidades da Sociedade Civil abaixo assinadas com
(456) representação no CONCIDADES PR indicam a Moção de Repúdio contra a
(457) violência arbitrária e generalizada contra os professores, estudantes e servidores
(458) públicos do Estado do Paraná, gerados pelo Governo do Estado, pela Secretaria de
(459) Segurança Pública do Estado, pelo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado, e
(460) do Poder Judiciário nos dias 28 e 29 de Abril de 2015, contra a legítima manifestação
(461) de professores, servidores públicos e estudantes relacionadas às mudanças nas regras
(462) da previdência social do funcionalismo do Estado. Os Conselheiros do
(463) CONCIDADES PARANÁ advertem que é absolutamente inadmissível que os
(464) trabalhadores e as trabalhadoras sejam agredidos com a supressão de seus direitos e
(465) violentamente reprimidos quando buscam, por meio de manifestações coletivas,
(466) defender os seus interesses ou melhorar as condições de trabalho e de vida. O
(467) massacre de Curitiba, representa, mais um ataque dentre tantos que já se cometeram
(468) na realidade brasileira contra a classe trabalhadora em geral e os movimentos sociais
(469) organizados. Esses atos expressam a ação desmedida e premeditada pelo Governo do
(470) Estado, contra os trabalhadores da educação, servidores estaduais e estudantes, no
(471) acesso a Assembleia Legislativa, que teve como resultado mais de 200 pessoas
(472) feridas, entre essas em estado muito grave. Assinam: Segmento dos Movimentos
(473) Sociais, Trabalhadores, Poder Público Municipal, ONG's, Acadêmicos e CRESS-PR.
(474) Encaminhamento aprovado por maioria de votos. Votos contrários: José Carlos
Infante Bonatto; Lyana Bacil e Gilmário Ferraz da Silveira. **12. Apresentação**



(475) **Câmara Técnica de Planejamento**, feita pela Conselheira Andrea C. Braga que
(476) começou listando os presentes na reunião da CT, e após leu a ata da CT, que segue
(477) seu teor: PAUTA: Conforme a deliberação da reunião 03 da CT de Planejamento –
(478) realizou-se a emissão de ofícios aos municípios do Paraná, indagando sobre o
(479) processo de revisão dos planos diretores nos anos de 2015 e 2016. Encaminharam-se
(480) 72 ofícios aos municípios do Paraná (64 ofícios para os municípios com revisão do
(481) PDMs em 2016 e 08 com revisão dos PDMs para o ano de 2015). O total de 08
(482) municípios enviaram respostas. Debate sobre a importância de estruturação do
(483) processo de revisão do Plano Diretor no Estado do Paraná, sendo indicada Resolução
(484) com as seguintes **Recomendações**: (I) Cumprimento do que está previsto para os
(485) processos de revisão dos Planos Diretores, conforme indicativo das legislações e
(486) advertido em documentos do Paraná Cidades; (II) Verba para revisão dos PDMs -
(487) Repasse de recursos de qualquer fonte relacionada ao desenvolvimento urbano,
(488) sendo recomendada a disponibilização dessas fontes para o processo de atualização
(489) dos PDMs. Indicação para que os recursos disponibilizados aos PDMs sejam
(490) vinculados ao complemento da lei e às práticas de planejamento previsto nas
(491) legislações nos municípios. O governo do Estado deve exigir que o financiamento
(492) para a revisão dos PDMs seja vinculado aos planos de ações e investimentos; (III)
(493) Recomendar a capacitação do quadro dos municípios para formação de profissionais
(494) envolvidos na revisão do Plano Diretor com a previsão de recursos do governo do
(495) Estado para tal ação; (IV) Estruturar as instituições de planejamento e recuperação
(496) das instâncias existentes, que fomentem o planejamento metropolitano dos
(497) municípios, bem como o cumprimento do Estatuto das Metrôpoles para ampliar a
(498) possibilidade de planejamento integrado com a indicação de Planos Diretores
(499) Metropolitanos; (V) Recomendar que o Tribunal de Contas, junto com o Ministério
(500) Público, façam uma análise sobre os Planos Diretores. Ampliar a fiscalização sobre
(501) esses processos e estudos sobre a lei estadual na prestação de contas; (VI) Avaliar a
(502) diferença dos municípios para a execução da revisão dos PDMs, conforme a
(503) possibilidade de equipe técnica para elaboração. Categoria mais baixa, prestação de
(504) assessoria, consultoria aos municípios sem capacidade de endividamento; (VII)
(505) Recomendação de quadro funcional próprio do Estado do Paraná para que se
(506) estruture o processo de revisão dos planos diretores (VIII) Repúdio sobre a
(507) desintegração da rede de transporte da RMC; (IX) Alertar sobre a improbidade
(508) administrativa ao governador nas demandas identificadas como descumprimento do
(509) que a lei federal prevê sobre a revisão dos PDMs; (X) Ofício de repúdio ao
(510) Ministério das Cidades relacionadas aos processos de HIS. **Moção que repudia a**
(511) **violência institucional, arbitrária e generalizada contra os professores e**
(512) **servidores públicos do Estado do Paraná no processo de manifestação, que**
(513) **violam os princípios da gestão democrática das cidades.** O Conselho Estadual das
(514) Cidades do Paraná repudia a violência institucional, arbitrária e generalizada,
(515) promovida pelos poderes legislativo, judiciário e executivo do Governo do Estado,
(516) nos dias 28 e 29 de abril de 2015, contra a legítima manifestação de professores,
(517) servidores públicos e estudantes, relacionada às mudanças nas regras da previdência
social do funcionalismo estadual. **Informes**: O Conselheiro Drabik informa sobre o



(518) II Fórum Estadual do Programa Casa Fácil. No evento discutir-se-ão ações
(519) relacionadas à Lei 1188, que assegura a assistência técnica gratuita para moradia
(520) popular. O evento ocorrerá nos dias 21 e 22 de maio, no município de Cascavel. Foi
(521) realizado convite ao Ministério das Cidades. O MC enviou resposta que não
(522) participará do evento por motivo de outros compromissos na mesma data. Convite
(523) para a participação dos conselheiros na Plenária do CONCIDADES Paraná -
(524) indicação de representantes. Encaminhamento: o ofício a ser emitido pelo
(525) CONCIDADES Paraná que recomende ao Ministério das Cidades, o envio de
(526) representante para a participação no Fórum. Sugestão de próximo ponto de pauta:
(527) Continuar a discussão sobre processo de revisão dos Planos Diretores, conforme as
(528) deliberações da última reunião da CT de Planejamento, Gestão do Solo e
(529) Territorialidade. Deliberações aprovadas por maioria de votos. Votos contrários a
(530) encaminhamento da Moção: Lyana Bacil; Gilmário Ferraz da Silveira. **13.**
(531) **Apresentação GT Fracking**, feita pelo Conselheiro Ronald Drabik, a qual informou
(532) aos presentes os ofícios recebidos, comunicando que a Resolução Recomendada
(533) sobre o “Fracking” está aguardando assinatura do Secretário e Presidente do
(534) CONCIDADES PARANÁ para ser encaminhado aos órgãos solicitados. Sem novos
(535) encaminhamentos. Presentes: Mauro Sergio; Ronald Peixoto Drabik; Eliete de
(536) Campos Lima; José Abel Brina Olivo; Neuroci Antonio Frizo; **14. Apresentação GT**
(537) **Acompanhamento dos Conselhos Municipais**, feito pelo Conselheiro Walter
(538) Gustavo, que iniciou sua apresentação falando sobre os **Principais pontos**
(539) **abordados:** Encaminhado ofício pelo CONCIDADES Paraná aos 399 municípios
(540) paranaenses com a solicitação de informações sobre o funcionamento dos conselhos,
(541) bem como a identificação se há conselhos com práticas semelhantes. Obteve-se
(542) resposta de 29 municípios; Importância de identificar nos municípios quais os
(543) conselhos administrativos relacionados à temática urbana e se ocorrerá a inclusão dos
(544) conselhos do meio ambiente no processo de unificação; Minuta do projeto de Lei
(545) CONCIDADES – identificação de esboço do projeto de Lei do CONCIDADES
(546) Paraná. A minuta foi produzida na primeira gestão do conselho e não há informações
(547) sobre o andamento do processo; Indicação de evento que discuta sobre a
(548) institucionalização dos conselhos no estado do Paraná. Verificar se os Conselhos
(549) instituídos respeitam as recomendações previstas pela resolução do Ministério das
(550) Cidades. **Encaminhamentos: Averiguar a Minuta do Projeto de Lei sobre o**
(551) **CONCIDADES Paraná:** solicitar para a Secretaria Executiva do conselho os
(552) pareceres jurídicos emitidos relativos à minuta, bem como cópia do documento para
(553) discussão no GT de unificação dos conselhos; **Orientação para que nos processos**
(554) **de revisão dos Planos Diretores nos municípios paranaenses, ocorram**
(555) **diagnósticos relativos ao quantitativo de conselhos instituídos com práticas**
(556) **semelhantes. Construção do termo de referência que preveja o processo de**
(557) **Unificação dos Conselhos:** (I) Antever a unificação do Conselho de forma detalhada
(558) e com indicação das prerrogativas de organização de um único conselho que debata a
(559) temática urbana; (II) Especificar o processo de deliberação do Conselho e sobre suas
(560) diretrizes e atribuições principais. Previsão de processo eleitoral no conselho das
cidades municipais que eleja o Presidente e Vice Presidente do Conselho em plenária



(561) pelos conselheiros. Indicação de proporcionalidade, 60% de Sociedade Civil e 40%
(562) do Poder Público, previsão de que após a unificação, ocorra a estruturação do
(563) conselho de no mínimo quatro câmaras temáticas, instituídas no Conselho Nacional
(564) das Cidades. Deliberação aprovada por unanimidade de votos. **15. Apresentação GT**
(565) **Conflitos Fundiários:** Apresentação feita pela Conselheira Neuza Matias Catarino.
(566) Relato e encaminhamentos: 1. Ofício enviado à SESP – Secretaria de Estado de
(567) Segurança Pública ainda no final de 2014 para que fossem apresentadas ao Conselho
(568) informações sobre o panorama dos conflitos fundiários no Estado do Paraná,
(569) especialmente decorrentes de ações de reintegração de posse, além da metodologia
(560) que a Polícia Militar tem empregado para o cumprimento das ordens judiciais de
(561) despejo. **Encaminhamento:** Diante da ausência de resposta, reiterar ofício,
(562) solicitando presença de representantes do setor responsável da PMPR (Coorterra)
(563) para discussão do tema. 2. Relato do conflito fundiário em curso na região de Guaíra,
(564) envolvendo comunidades indígenas rurais e urbanas. **Encaminhamento:** Ofício
(565) destinado à Assessoria Especial para Assuntos Fundiários do governo estadual, na
(566) pessoa do Sr. Hamilton Serighelli, para que apresente informações sobre a situação
(567) atual do conflito e as medidas adotadas pelo Estado do Paraná para seu
(568) equacionamento, além de solicitação para comparecer no Conselho e expor sobre as
(569) ações desenvolvidas atualmente pela Assessoria (metodologia de trabalho, casos,
(570) protocolo de ação, etc). Ademais envio de Ofício a FUNAI e ao INCRA solicitando
(571) informações sobre a situação do conflito e medidas propostas, a Procuradoria Federal
(572) de Foz do Iguaçu e para a Prefeitura de Guaíra. Deliberações aprovadas por
(573) unanimidade de votos. **16. Apresentação GT Acompanhamento Ações da Defesa**
(574) **Civil:** Feita pela Conselheira Joseli Collaço. O Grupo de Trabalho de
(575) Acompanhamento das Ações da Defesa Civil, reunido em 04/05/2015, na sala
(576) Tanguá do Master Hotel, em Curitiba, contou com os seguintes participantes:
(577) Claudio Jesus de Oliveira Esteves, Daniel Nojima, Elair de Macedo e Silva Grassani,
(578) José Borges, Joseli Collaço, Marcos Levandoski, Paulo Nobukuni e Vivian Coley.
(579) Inicialmente a Conselheira Vivian Coley comunicou a saída deste Conselho, e
(580) conseqüentemente do referido GT, pedindo licença para se retirar. Num segundo
(581) momento a Conselheira Elair fez a leitura dos principais pontos da pauta da última
(582) reunião deste GT realizada em 25 de novembro de 2014, a saber: a) adoção de
(583) medidas preventivas e mitigadoras da situação de risco, mesmo tendo em vista a
(584) incerteza quanto ao risco de desastre; b) de ação articulada entre os entes federados, a
(585) abordagem sistêmica das ações e a adoção da bacia hidrográfica como unidade de
(586) análise; c) priorização das ações preventivas em relação às demais ações; d) instituir
(587) o Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil; e) elaboração dos Planos de
(588) Contingência de Proteção e Defesa Civil pelos Municípios; e f) transversalidade dos
(589) Planos e Ações de Proteção e Defesa Civil com as Políticas Urbanas; Abriu-se em
(590) seguida, a palavra aos demais Conselheiros, considerando, pois, a Lei nº 12.608/2012
(591) que: 1) instituiu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC; 2) dispõe
(592) sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC; 3) dispõe sobre o
(593) Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil – CONPDEC; e 4) autoriza a criação
de sistema de informação e monitoramento de desastres; bem como os pontos



(594) destacados pelo Grupo na 26ª R.O. Por último os Conselheiros abaixo nominados
(595) compartilharam as seguintes informações: Cláudio – destacou a importância deste
(596) GT ter como foco da próxima reunião o planejamento; Paulo – compartilhou o
(597) projeto “Cidadania na Gestão de Riscos e de Desastres no Centro Sul do Paraná”
(598) uma parceria firmada entre a UNICENTRO, UAB, Núcleos Regionais de Educação
(599) de Guarapuava e Pitanga, e Defesa Civil do Estado, comprometendo-se a
(600) compartilhar com o grupo uma cópia do referido projeto, via e-mail; Marcos –
(601) sugeriu à Secretaria Executiva do CONCIDADES PR solicitar ao governo quantos e
(602) quais municípios tem o Plano de Contingência; Joseli – compartilhou informações
(603) sobre o projeto “Bombeiro Mirim” e a proposta do projeto iniciar na Cidade
(604) Industrial de Curitiba, região em que há recorrentes inundações e incêndios,
(605) constituindo-se, ainda, uma área de grande vulnerabilidade social. O principal
(606) objetivo do projeto é aumentar a eficácia da educação preventiva. A conselheira
(607) também se comprometeu a compartilhar uma cópia do respectivo projeto com o
(608) grupo via e-mail. Fala Bombeiro Mirim: ‘Dizem que nós, crianças, somos o futuro da
(609) nação. Então, para a construção de um futuro mais seguro, poderiam nos preparar
(610) desde já. Em algumas escolas já estão fazendo um trabalho de prevenção através de
(611) Brigadas de Incêndio escolares, onde as crianças são orientadas e instruídas a agir em
(612) situações de emergência. Mas essas ações tem de ser mais constantes, tornando-se
(613) parte de nossa cultura, uma "cultura de prevenção". Me despeço pedindo para que
(614) cada um aqui pense em quantas vidas podem ser salvas se tivermos uma verdadeira
(615) prática educativa de combate e prevenção de incêndio. Obrigado.’ Deliberação:
(616) Solicitar ao Governo do Estado – Defesa Civil quais e quantos Municípios tem o
(617) Plano de Contingência. Deliberação aprovada por unanimidade de votos. Nada mais
(618) havendo a tratar deu-se por encerrada a 27ª Reunião Ordinária e eu, Lyana Bacil,
(619) Assessora Jurídica deste CONCIDADES PR, lavrei a presente Ata, que após lida e
(620) aprovada será assinada por todos os Conselheiros presentes.



1. Antonio Weinhardt Junior
2. Alceu Valdomiro Blaca do Nascimento
3. Ailton Martins Lima
4. Andrea Luiza Curalinho Braga
5. Anselmo Schwertner
6. Aparecido da Silva Castro
7. Carlos Aparecido da Silva Melo
8. Carlos Augusto Storer
9. Claudio Jesus de Oliveira Esteves
10. Denilson Pestana da Costa
11. Elair de Macedo E Silva Gracani
12. Eliete de Campos Lima
13. Emerson Y. Yakota
14. Fabio Cesar Stele
15. Gilmário Ferraz da Silveira
16. Hélio Bampi
17. Hilma de Lourdes Santos
18. Honorina Irene Silva Santos
19. Izabella Maria Swierczynski
20. Iraci Izabel Rocha
21. José Borges
22. José Abel Brina Olivo
23. José Carlos Infante Bonatto
24. Joselli Colaço
25. Lucie Mara Pydd Winter
26. Luiz de Mauro
27. Lyana Bacil
28. Maria das Graças Silva de Souza
29. Maria Neuza Lima de Oliveira
30. Marcos Antônio Levandoski
31. Marli Segato Babinski
32. Mauro Sergio Langowski
33. Milton Luiz Brero de Campos
34. Neuroci Antonio Frizzo
35. Nilson Lopes Andrade
36. Olga Lúcia C. de Freitas Firkowski
37. Osni Basilio Mendes
38. Orlando Bonette
39. Paulo Rolando de Lima
40. Ronald Peixoto Drabik
41. Sandro Almir Setim
42. Sebastião Francisco Rego
43. Sergio Ferreira Doszanete
44. Silvio José Gonçalves,
45. Sirlei Cesar de Oliveira
46. Timoteo Borges de Campos
47. Valdir Aparecido Mestriner
48. Vivian Colley
49. Zilda Maria Cavalardini
50. Walter Gustavo Linzmayer